



**O REVIGORAMENTO DO SISTEMA PATRIARCAL ENQUANTO PRESSUPOSTO
PARA A MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES DE SUBJUGAÇÃO:
O FEMININO SUBALTERNIZADO**

D'OLIVEIRA, Mariane Camargo¹

SILVA, Denise Regina Quaresma da²

Resumo: É inegável que as relações sociais que esquematizam o espaço contemporâneo – relações de classe, gênero, etnia/raça e intergeracionais, de modo principal – são alvo recorrente de problematização. Isto porque subjacente está a dominação e o poder, o que, paulatinamente, vem sendo naturalizado e reproduzido em um *continuum* permanente de sedimentação de mitos. Tais relações foram histórica e socialmente construídas sob o jugo de determinados grupos, com o objetivo essencial de coisificação dos sujeitos. , a presente investigação, de cunho essencialmente teórico, busca analisar como se consolidou o patriarcado enquanto mecanismo de dominação masculina e, conseqüentemente, de subalternidade feminina. Entende-se que se mostra relevante examinar tal sistema enquanto forma de se reflexionar acerca da internalização de toda uma cultura centrada e voltada para as habilidades, os atributos e as capacidades masculinas. Pensar estes arranjos socioculturais conduz à questão de visualizar o modo pelo qual as estruturas de poder foram engendradas e como se operacionaliza o seu funcionamento, uma vez que são meios de revigoração da subjugação feminina.

Palavras-Chave: Dominação. Gênero. Identidade. Mitificação. Poder.

Abstract: It is undeniable that the social relations that depict contemporary space - relations of class, gender, ethnicity/race and intergenerational, main mode - are recurring target of questioning. This is because the underlying dominance and power, which gradually has been naturalized and reproduced in an ongoing continuum of sedimentation myths. Such relationships have been historically and socially constructed under the yoke of certain groups, with the ultimate goal of objectification of the subjects. The present research, essentially theoretical nature, seeks to analyze how consolidated patriarchy as a male-dominated mechanism and, consequently, female subordination. It is understood that shows relevant to examine such a system as a way to reflect on the internalization of a whole culture centered and focused on the skills, attributes and capabilities male. Think these sociocultural arrangements leads to the question of visualizing the way power structures were engendered

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, com concentração na área de Políticas Públicas e Inclusão Social, da Universidade FEEVALE (Novo Hamburgo/RS). Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS). Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ/RS). Integrante do Grupo de Pesquisa em Estudos Humanos e Pedagógicos da UNICRUZ. Bolsista PROSUP/CAPEES. Advogada. E-mail: maricamargod@gmail.com

² Pós-doutorado em Estudos de Gênero na UCES, Argentina (2011), Doutora em Educação (2007) e Mestre em Educação (2003) pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), graduada em Psicologia. Atualmente, é professora titular na Universidade FEEVALE e é professora adjunta no Centro Universitário La Salle. Atua na linha de pesquisa Formação de professores, teorias e práticas educativas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) Curso de Mestrado Acadêmico em Educação.



and how to operationalize its operation, since they are ways of strengthening of female subjugation.

Keywords: Domination. Gender. Identity. Mythologizing. Power.

Introdução

Quando se pretende estruturar uma equidade na perspectiva do gênero, deve-se ter sempre presente que a edificação identitária é um dos aspectos cruciais nesse processo de desfragmentação dos cânones embasados na subjugação. Nesse ponto, inegável que as relações sociais que esquematizam o espaço contemporâneo – relações de classe, gênero, etnia/raça e intergeracionais, de modo principal – são alvo recorrente de problematização. É que subjacente está a dominação e o poder, o que, paulatinamente, vem sendo naturalizado e reproduzido em um *continuum* permanente de sedimentação de mitos. Tais relações foram histórica e socialmente construídas sob o jugo de determinados grupos, com o objetivo essencial de coisificação dos sujeitos.

Face a este cenário de manutenção dos indivíduos e, mais especificamente, das mulheres à condição de subservientes, indispensável se mostrou percorrer um longo caminho para que transformações históricas, culturais, políticas e econômicas ocorressem e, desse modo, possibilitassem conquistar espaço, vez e voz ativa feminina na conjuntura social. Tais acontecimentos são, notadamente, produto de um retrospecto de submissão das mulheres ao poder masculino. Nessa seara, em decorrência da constante solidificação de identidades culturais como contraposto da submissão, é de se indagar o que é o feminino, ou seja, o que é ser mulher³.

Isto porque a subjugação das mulheres serviu como argumento, sustentado pela diferenciação biológica, para justificar que fossem preteridas da convivência sociopolítica. Nesse aspecto, Perrot (2010, p. 177) elucida que é um discurso naturalista, que insiste na

³ Simone de Beauvoir questionava, na primeira edição de sua obra *O Segundo Sexo. Fatos e Mitos*, com o título original *Le Deuxième Sexe*, o que é uma mulher. Lançada em 1949, época em que o termo “feminismo” nem sequer havia sido cunhado, esta é, ainda hoje, considerada como o marco da prática discursiva da situação feminina. Dado o seu caráter revolucionário, foi contestada pela Igreja Católica e inserida no *Índex*, a lista dos livros proibidos. Tudo pelo fato de que Beauvoir (1986, p. 13) enfatizava que “um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupava na humanidade. Um homem não começava nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que fosse homem era natural. Estava subentendido que o fato de ser um homem não era uma singularidade, um homem estava em seu direito sendo homem, era a mulher que estava errada”.



existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos⁴. O poder masculino inventou a mulher como a face oculta. A identidade feminina, longe de ser um fato primeiro, é uma interiorização jamais completamente alcançada por essa oposição binária, através da qual o homem fundou seu poder cultural e social sobre a mulher, como destaca Touraine (2010, p. 17).

Embasando-se nestas premissas iniciais, a presente investigação, de cunho essencialmente teórico, busca analisar como se consolidou o patriarcado enquanto mecanismo de dominação masculina e, conseqüentemente, de subalternidade feminina. Entende-se que se mostra relevante examinar tal sistema enquanto forma de se reflexionar acerca da internalização de toda uma cultura centrada e voltada para as habilidades, os atributos e as capacidades masculinas. Pensar estes arranjos socioculturais conduz à questão de visualizar o modo pelo qual as estruturas de poder foram engendradas e como se operacionaliza o seu funcionamento, uma vez que são meios de revigoração da subjugação feminina.

Matriarcado *versus* Patriarcado

São amplamente debatidas as questões concernentes ao patriarcado e isso se reflete nas indagações e questionamentos acerca da possível existência do matriarcado. Entretanto, é enigmático o matriarcado, porquanto raríssimos estudos afirmam que foi o primeiro sistema social que se experimentou e vivenciou. Outros sustentam que ele nem sequer chegou a se estruturar como organização social.

A celeuma advém do fato de que as teorizações antropológicas do século XIX foram reforçadas a partir da descoberta, no sudoeste da Alemanha, da escultura mais antiga – até então encontrada – ser de uma mulher, de uma mãe, mesmo longe dos ditos padrões de “feminilidades”, já que retratada em estado maternal⁵. Um dos mais proeminentes defensores

⁴ Tais mitos tão inculcados socialmente foram se rompendo, de modo contínuo, apenas no transcurso do século XX, momento em que a mulher torna-se dona do seu corpo, libertando-se de muitas das verdades que eram preconizadas pela Igreja e pela própria sociedade patriarcal. Livre em grande parte das servidões da reprodução, a mulher, então, pode desempenhar, de igual forma, o papel econômico que lhe é proposto, o que, por conseguinte, lhe assegura a conquista plena de sua vida, não se determinando mais pelas vontades masculinas. Nesse caminho, pode-se considerar que é pela convergência destes dois fatores – participação na produção e libertação da escravidão da reprodução – que se compreende a evolução da condição da mulher.

⁵ O achado, encontrado na caverna de Hohle Fels, na Suábia, com idade estimada de 40 mil anos, representa uma mulher do Paleolítico, sendo que muitas teorias sobre a arte deste período apostam que as formas de cultivar a figura feminina, ao exagerar seus atributos sexuais, são características reprodutivas, conforme descreve Conard



desta teoria do Matriarcado foi o antropólogo suíço Johann Jakob Bachofen, em sua obra *Mother Right: an investigation of the religious and juridical character of matriarchy in the ancient world*, originalmente publicada em 1861.

Bachofen (2006) acreditava que as sociedades humanas, em seus primórdios, eram, seguramente, grupos matriarcais, já que as mulheres⁶ dominavam a sociedade de então. Isso ocorria devido à casualidade dos relacionamentos, onde imperava o acasalamento circunstancial, imediato, sem regras ou compromissos estabelecidos. Logo, como inexistia um comportamento monogâmico, as mulheres eram as únicas que podiam determinar quem era o pai de seus filhos. Nesse espaço, os homens eram apenas considerados reprodutores, pois não mantinham nenhum vínculo afetivo ou responsável. Assim, para os filhos, a mãe era o centro e a razão.

Entende Bachofen (1992) que devido à situação factual, os esquemas jurídicos derivaram da ideia de existência de um *Mutterrechts*, ou seja, um Direito Materno, ao redor do qual tudo o mais se estruturou. Contudo, com os embates travados pela conquista de territórios, da dominação de uns homens sobre outros, aliados às práticas agrícolas que fizeram com que se deixasse a condição de nômade, houve a evolução desse contexto, em que a casualidade foi substituída por uma posterior família monogâmica. Isso fez com que se deslocassem, progressivamente, os mitos e as celebrações das deusas-mãe para os deuses masculinos, em razão da vitória destes.

É interessante notar que, compartilhando das concepções de Bachofen, Engels (2007, p. 42-47) cogitou a possibilidade de existência da sociedade matriarcal. No entanto, para Engels (2007), o patriarcalismo surgiu, não da proeminência dos deuses masculinos como pensou Bachofen, mas sim da instituição da propriedade privada. É com a delimitação das terras que os homens vão exigir fidelidade sexual das mulheres, porque não aceitavam legar

(2009), da Universidade de Tübingen, na Alemanha. Segundo o IAB (2009), a estatueta feita em marfim, aparentemente, servia de amuleto para a fertilidade.

⁶ No que tangencia ao uso da terminologia, Butler (1998, p. 35-36) afirma que, no feminismo, parece haver uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, mas essa necessidade precisa ser reconciliada com uma outra. No instante em que se invoca a categoria mulheres como descrevendo a clientela pela qual o feminismo fala, começa, invariavelmente, um debate interno sobre o conteúdo descritivo do termo. Mas cada vez que essa especificidade é articulada, há resistência e formação de facções dentro da própria clientela supostamente unificada pela articulação de seu elemento comum. Qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá, necessariamente, facções e que a 'identidade' como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista. As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e, como tal, exclusivistas. Isso não quer dizer que o termo 'mulheres' não deva ser usado, ou que deva anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que 'mulheres' designa um campo de diferenças indesignáveis, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e ressignificação.



seus bens, obtidos com sangue e pela exploração do próximo, a um descendente que não fosse seu filho legítimo, suprimindo as liberdades femininas, ao tornar as mulheres presas a um casamento monogâmico.

Segundo Engels (2007, p. 67), a derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, porém de modo algum eliminado. O primeiro efeito do domínio exclusivo dos homens, desde o momento em que foi instituído, pode ser observado na forma da família patriarcal que então surgia.

Dentro desta ótica, na conceituação de Scott (2010, p. 155-156), o patriarcado é um sistema social de relações de gênero, engastadas numa série de instituições e estruturas sociais, em que existe desigualdade. O conceito de patriarcado incorpora o de relações de gênero, mas o extrapola em dois aspectos. Primeiro, inclui a desigualdade frequentemente encontrada em relações desse tipo. Segundo, chama a atenção para a interconectividade dos diferentes aspectos que constituem um sistema social. A desigualdade de gênero está presente em muitos planos da vida social, no sentido de que as mulheres, normalmente, se encontram em situação de desvantagem.

Focalizando nessa direção, Castells (2010, p. 169) ressalta que o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o homem permeie toda a organização social, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. É essencial, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica, contextualizados histórica e culturalmente.

Constata-se que grande parte do poder interpessoal dos homens foi, e ainda é, a base sobre a qual o patriarcado perpassou os espaços sociais de dominação. As relações entre homens e mulheres⁷ foram sendo, paulatinamente, enviesadas pelo gênero, configurando-se em padrões patriarcais de poder enraizados, tanto na conjuntura privada da unidade doméstica e da família quanto no contexto público da vida em sociedade. Isso tudo moldou as maneiras

⁷ No decorrer da pesquisa, utiliza-se, deliberadamente, a oposição homens e mulheres, e não seres humanos, por se tratar de uma escolha político-ideológica, visando, de forma notória, enfatizar a polarização ainda existente na contemporaneidade.



pelas quais os poderes formais de dominação foram exercidos e como eles se articularam de formas complexas.

Em consonância com o pensamento de Santos (2000, p. 301), as relações sociais e familiares estão dominadas pelo patriarcado, que está na origem da dominação. O patriarcado familiar é a matriz das discriminações que as mulheres sofrem mesmo fora da família, ainda que atue sempre em concatenação com outros fatores. Nesse âmbito, é fundamental que seja operacionalizada a “condição de agente” das mulheres, por meio da independência e do ganho de poder, de que trata Sen (2000, p. 222), em virtude do papel que essa condição pode ter na remoção das iniquidades que restringem o bem-estar feminino.

Com suporte nesta compreensão, Touraine (2006, p. 229) corrobora que não se está marchando para uma sociedade de igualdade entre homens e mulheres, tampouco para uma sociedade andrógina: já se entrou numa cultura (e, portanto, numa vida social) orientada (e, por conseguinte, dominada) pelas mulheres: *já entramos numa sociedade de mulheres*. De acordo com o citado autor (2006, p. 236), “os homens têm o poder e o dinheiro, mas as mulheres já têm o sentido (*meaning*) das situações vividas e a capacidade de formulá-las”.

Sob este aspecto, alerta Castells (2010, p. 277) que “as lutas contínuas internas do patriarcalismo e em torno dele não permitem antever claramente o horizonte histórico. Repito, mais uma vez, que, na História, não há direcionamento predeterminado”. Logo, é primordial que se persista na luta, talvez não para ascender ao matriarcado, mas sim, e de modo principal, para que a conjuntura patriarcal ainda vigente seja desfragmentada, ao se construir um *locus* em que o poder seja, efetivamente, compartilhado.

Os Esquemas de Poder Enquanto Meios de Revigoração da Dominação Masculina

A assimetria persiste informando as relações de poder entre os gêneros, visto que os esquemas de dominação foram sendo, constantemente, objeto de socialização de uma cultura solidificada sobre estruturas de subserviência. Analisando o transcurso histórico, pode-se constatar que as mulheres foram se abnegando em razão da dominação masculina, sendo que este poder foi legitimado, inicialmente, pela família e, ao depois, pelas demais instituições sociais. Como resultado, a visão androcêntrica se impôs em detrimento da igualdade e, nesse viés, as relações de poder tornaram-se o elemento propiciador de permanência da subalternidade feminina.



Contrapor a manutenção das relações de poder requer, então, conhecimento acerca das estruturas políticas, culturais e econômicas, para que se possa promover a desfragmentação de esquemas sociais que são consolidados sobre a dominação. Buscar agentes catalisadores na efetivação da igualdade substancial é indispensável para que a *práxis* cotidiana não naturalize situações díspares, mas inversamente, empodere os indivíduos em seus campos de ação. É fundamental, então, assimilar o modo pelo qual as relações de poder tendem a se perpetuar na esfera social.

Continuamente as mulheres foram subjugadas em virtude dos modelos construídos a partir das relações de poder, o que refletiu no fato de que estiveram às sombras, eis que não se viam como sujeitos iguais e capazes. Devido à coerção destas relações, a dicotomia homem-mulher reforçou-se sobremaneira porque arquitetada em uma estrutura predominantemente masculina. A respeito desta problemática, alude Bourdieu (2007, p. 18) que a força do poder dos homens se evidencia porque ela dispensa justificção. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça.

Inobstante, sucedeu-se que os homens sempre foram os protagonistas da História e impuseram a subserviência. Nesta esteira, assevera Beauvoir (1986, p. 17) que as mulheres só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder, elas nada tomaram, elas receberam. Isso porque não tiveram os meios concretos de se reunir em uma unidade que se afirmaria em se opondo. Viveram dispersas, ligadas pelo *habitat*, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens – pai ou marido – mais estreitamente do que a outras mulheres.

Nesse sentido, ressalta Bourdieu (2007, p. 98) que “a dominação masculina encontra um de seus melhores suportes no desconhecimento, que favorece a aplicação, ao dominante, de categorias de pensamento engendradas na própria relação de dominação”. Também nesse ponto, frisa Riot-Sarcey (2009, p. 184) que as mulheres são excluídas pelo princípio de sujeição que as liga a seus maridos. A liberdade, a independência e as condições de acesso ao poder são obstáculos para proibir às mulheres o direito de desfrutá-los natural e igualmente.

De igual modo, salienta Perrot (2010, p. 167) que as relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivale a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua



grande parcela. Dessa maneira, o poder dos homens foi a base sobre a qual o patriarcado permeou a esfera de dominação. Apfelbaum (2009, p. 78) refere, inclusive, que tal dominação determina o modo segundo o qual os homens e as mulheres se representam, constroem e administram as relações que mantêm entre si e suas relações com o espaço social, público e privado.

De acordo com Touraine (2010, p. 115-116), é a dominação sofrida pelas mulheres, a polarização que fez delas seres inferiores, privados de razão e de subjetividade, mais ligadas do que os homens à natureza que as conduz, para além de sua ação própria de libertação, a transformar-se nos agentes principais dessa inversão cultural. O movimento feminista⁸ ultrapassou seus objetivos originários, que visavam fazer desaparecer as discriminações das quais as mulheres eram vítimas, fazendo com que alcançassem a igualdade. Para além das relações sociais, questionou o fundamento cultural da dominação, da polarização e do dualismo, que geraram categorias dominadas, jamais reconhecidas plenamente como seres humanos.

Isso se traduziu na argumentação para que as mulheres não tivessem acesso ao poder. Em consonância com o entendimento de Perrot (2010, p. 184) é que se pode compreender a inculcação da ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, a qual permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos gêneros. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais. É, uma vez mais, todo o problema do consentimento que aí se coloca. Na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres.

Considerações Finais

A invisibilidade de presença feminina, enquanto um ser pensante, inteligente e capaz, ao longo da História, está correlacionada, diametralmente, com o mito dos gêneros. Consequência da vivência e do aperfeiçoamento dos cânones de dominação nos ditames do patriarcado. Isso tudo fez com que a mulher não compreendesse, de modo objetivo, o modelo

⁸ A partir da sublevação do feminismo, as mulheres começaram a repensar sobre as relações de dominação e de poder imbricadas, principalmente, através das contestações, mobilizações e mudanças paradigmáticas. Ao conscientizarem-se de que a passividade reforçava o ideal de domesticidade, elas começam a se mobilizar, mediante a superação dos estereótipos, das discriminações e dos preconceitos.



que sempre reproduziu e, bem assim, difundiu. E, em não percebendo que o homem se colocava como marco social inicial, ela foi dominada.

Percebe-se, dessa forma, que as relações de poder, que sempre permearam dominantes e dominados, foram histórica e socialmente construídas. Tal relação de leniência, submissão e disparidade não pode mais perdurar em uma sociedade que se diz democrática e que tem como fundamento a igualdade entre os gêneros. É indispensável, pois, compreender que as mulheres foram excluídas do poder não só pelo ideal de domesticidade que perpassou o transcurso de longo lapso temporal, mas também por argumentos sobre a compleição física frágil e a diferenciação no que tange às capacidades psicológicas e intelectuais. A divisão com base precípua no sexo configurou-se como um elemento fundamental na assimetria das relações de poder.

Verifica-se, assim, que muitos estereótipos ainda se encontram enraizados no sentido de visualizar a mulher como um ser reprodutor, interno e inferior e o homem, produtor, externo e superior. Em momentos de transição paradigmática, as mulheres não podem mais compactuar com tais modelos, especialmente porque, com a evolução da própria sociedade e do conhecimento, passaram a ter um comportamento mais proativo, buscando reivindicar uma posição social mais incisiva e incluyente. Não se pode operacionalizar o revigoramento das estruturas impostas pelos homens, a fim de que a subalternidade feminina se mantenha ainda vigente. É primordial, portanto, proceder à desnaturalização das relações de poder e, conseqüentemente, das categorias construídas sob o ponto de vista da dominação masculina.

Referências

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 76-80.

BACHOFEN, Johann Jakob. **Mother Right**: an investigation of the religious and juridical character of matriarchy in the ancient world. New York: The Edwin Mellen Press, 2006.

BACHOFEN, Johann Jakob. **Myth, Religion and Mother Right**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mitos. São Paulo: Círculo do Livro, v. 1, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP: UNICAMP, n. 11, 1998. p. 11-42.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

CONARD, Nicholas J. A Female Figurine From the Basal Aurignacian of Hohle Fels Cave in SouthWestern Germany. **Nature** **459**. International Weekly Journal of Science. Nature Publishing Group, may. 2009. p. 248-252.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2007. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 2).

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (IAB). **Abundantemente Sexy 23/11/2009**. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/2009/view.php?show=26&pag=10>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

RIOT-SARCEY, Michèle. Poder(es). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 183-188.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCOTT, John (Org). **Sociologia**: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **O Mundo das Mulheres**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TOURAINÉ, Alain. **Um Novo Paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.